

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Temer desiste e atua por Meirelles na eleição](#) 2

Valor Econômico

[Título: Temer estuda medidas que aumentem cacife de apoio a PSDB](#) 18

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Temer desiste e atua por Meirelles na eleição	2
Título: Poder feminino	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: A recuperação da Petrobrás	5
Título: Petrobrás ganha R\$ 29 bi de valor de mercado em um dia	6
Título: Santo Antônio diz estar em 'risco de quebra'	8
Título: Aprovado relatório sobre distribuidoras	9
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Burocracia e eleição atrasam projetos	9
Título: Eletrobrás deve ficar para 2019	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Petróleo em alta não altera previsões de IPCA abaixo da meta	13
Título: Governo pode ajustar projeções no Orçamento	14
Título: Venda da Eletrobrás eleva verba para o São Francisco	15
Título: Nova MP atende demandas das áreas de gás e nuclear	17

Título: Temer estuda medidas que aumentem cacife de apoio a PSDB	18
Título: Eletrobrás, Dutobras e o Jaboti.....	20
Título: Destaques	22
Título: Taesa mira linhas de transmissão da Eletrobrás e novos projetos da Aneel.....	23
Título: Gerdau atinge rentabilidade acima do esperado e ação tem alta de 6,4%.....	24
Título: Lucro da Braskem cai 42% no trimestre e fica em R\$ 1 bi.....	26
Título: Alta do preço do petróleo impulsiona bolsas globais.....	27
Título: Ações da Petrobras dispararam e têm o melhor pregão em oito anos	29
Título: STJ mantém União em arbitragem movida por acionistas da Petrobras	30

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: Robson Bonin E Bruno Góes

Título: Temer desiste e atua por Meirelles na eleição

Sem apoio do PMDB e temendo virar alvo fácil na campanha, presidente já anunciou decisão a ministros

BRASÍLIA- Em conversa com aliados do seu círculo pessoal, no Palácio da Alvorada, na tarde de domingo, o presidente Michel Temer confirmou que não irá disputar as eleições de outubro.

Reunido com o ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles e com dois de seus auxiliares mais próximos, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, e **O Ministro de Minas E Energia, Moreira Franco**, o presidente deixou claro que pretende sair de cena como candidato e deu sinais de que irá atuar nos bastidores pela candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles.

Desde que anunciou o desejo de disputar a reeleição, Temer experimentou o avanço do noticiário policial — ele responde a dois inquéritos no STF — sobre seu grupo político e familiar. Também enfrentou resistências dentro do seu

próprio partido, preocupado com os prejuízos financeiros de uma campanha presidencial centrada na sua reeleição.

Para auxiliares do presidente, a escalada de notícias negativas e a devassa no passado de Temer tenderiam a piorar muito durante a campanha, o que deixaria o presidente sob constante tiroteio dos candidatos. — Imagine como seria a cobertura da imprensa de um presidente candidato, com todos os repórteres que já cobrem o Planalto indo a todo evento dele?

O Michel não teria um segundo de paz. E tudo que ele precisa agora é tocar o governo e deixar de ser alvo — diz ao GLOBO um auxiliar direto de Temer. Além de ter sido aconselhado a sair dos holofotes eleitorais, Temer decidiu trabalhar pela construção da candidatura de Meirelles por considerar o ex-ministro o único que poderá fazer a defesa do seu governo durante a campanha.

A recente aproximação com Geraldo Alckmin, na última semana, manteve o diálogo aberto com o PSDB. Temer, no entanto, sabe que o pré-candidato tucano jamais defenderia o governo na campanha — e tampouco interessa ao PSDB atrair para sua candidatura a impopularidade do presidente. Internamente, no PMDB, Temer também foi convencido das resistências ao seu nome dentro dos diretórios regionais.

Ao longo de três jantares com lideranças peemedebistas nas últimas semanas, o clima entre os líderes regionais era de angústia. Os dirigentes estaduais do PMDB apresentaram uma série de dificuldades políticas ante a possibilidade de terem que sustentar uma candidatura de Temer nos estados. Sem recursos próprios para bancar o projeto, Temer teria de utilizar as verbas do seu partido, o que prejudicaria a distribuição de dinheiro para campanhas de parlamentares e de governadores país afora.

Os altos índices de impopularidade de Temer, que sequer conseguiria frequentar locais públicos durante a campanha, também preocupavam os peemedebistas. Diante desse cenário, o nome de Meirelles passou a ser visto como solução pelo presidente.

Além de contar com recursos próprios para financiar sua campanha, Meirelles atenderia ao objetivo pessoal de Temer, de contar com uma candidatura que defenda seu governo durante a campanha. Dentro do PMDB, a resistência ao nome do ex-ministro da Fazenda também seria infinitamente menor que ao nome de Temer. Primeiro, na avaliação dos peemedebistas, porque Meirelles não tem a impopularidade do presidente, que poderia tirar votos em palanques estaduais.

Segundo porque o ex-ministro teria um legado positivo na economia para defender. — Para o nosso grupo no estado, a questão do Meirelles é muito simples. Onde ele não atrapalha (busca pelo voto), ele ajuda. Onde ele não ajuda, no caso da pesquisa, ele também não atrapalha — diz um peemedebista.

O XADREZ REGIONAL NO PMDB

Dentro do PMDB, os diretórios mais hostis ao projeto do PMDB ter candidato são os grupos comandados pelo senador Renan Calheiros, em Alagoas, e Roberto Requião, no Paraná. Esses dois diretórios e o grupo peemedebista do Ceará, ligado ao presidente do Senado Eunício Oliveira, têm se mantido distante em torno de Meirelles.

Nas últimas semanas, além de definir a equipe de assessores que já atua na pré-campanha, Meirelles escolheu seu marqueteiro, Chico Mendez, e contratou o serviço de um instituto de pesquisas especializado em estudar o comportamento das camadas populares da sociedade.

O ex-ministro tem procurado construir sua base de apoio no PMDB a partir de diretórios comandados por aliados ou com figuras simpáticas a seu nome, como é o caso de Santa Catarina, Goiás e São Paulo, onde a rivalidade com o PSDB de Geraldo Alckmin impede qualquer aproximação. Em visita a Florianópolis há duas semanas, Henrique Meirelles ouviu conselhos do deputado Mauro Mariani (PMDB-SC) no sentido de fazer mais aparições públicas e deixar a timidez de lado.

— Ele pode ser uma novidade. Pode atrair os que já apoiam o presidente Temer e os que rejeitam o seu nome — disse o deputado. Como Meirelles está disposto a bancar a própria campanha, Mariani acha que este fato pode ser um “diferencial” para aglutinar forças no partido por liberar os recursos para as campanhas de deputados.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Lydia Medeiros

Título: Poder feminino

Poder em jogo

É acirrada a disputa por uma das cinco vagas abertas na direção da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Concorrem pelo menos dez nomes, e apenas um é de uma mulher: Elisa Bastos, da assessoria econômica do **Ministério de Minas e Energia**. Indicada pelo ex-ministro Fernando Coelho, ela

é especialista em leilões de energia. Desde sua criação, no governo Fernando Henrique Cardoso, a Aneel teve já vinte diretores. Na lista, só uma mulher. Os nomes indicados estão na mesa do ministro Eliseu Padilha à espera de decisão, e terão ainda de passar por sabatina no Senado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: A recuperação da Petrobrás

Ao alcançar seu maior valor de mercado, graças sobretudo ao desempenho econômico e financeiro que vem apresentando, a Petrobrás dá um claro exemplo de que, se gerida com competência técnica e responsabilidade, produz resultados altamente positivos para seus acionistas e para o País. Um dia depois de anunciar seu resultado financeiro do primeiro trimestre do ano, a empresa atingiu a cotação recorde de R\$ 312,5 bilhões em bolsa.

É uma demonstração de que sua imagem – corroída por anos de funcionamento de um amplo esquema de pilhagem que nela foi instalado pelas administrações lulopetistas – vem sendo pacientemente reconstruída, e com grande êxito, pela diretoria presidida por Pedro Parente, que a conduz desde junho de 2016, logo após o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Livre da sujeição a uma política de controle de preços, marca da desastrosa gestão de Dilma Rousseff, seguindo uma política prudente de venda de ativos para reequilibrar suas finanças e beneficiada pelo aumento do petróleo, a Petrobrás conseguiu aumentar os lucros ao mesmo tempo que reduziu os custos não voltados à sua atividade principal. No primeiro trimestre, seu lucro alcançou R\$ 6,96 bilhões, 57% maior do que o de um ano antes.

É o melhor resultado dos últimos cinco anos, o que permitirá à empresa voltar a remunerar seus acionistas. Houve ainda uma importante redução da dívida em proporção ao resultado operacional. Diante dos resultados agora alcançados, podemos imaginar o que seria a Petrobrás não fossem os danos causados pela sanha da tigrada que anunciou planos mirabolantes de produção e se locupletou com o petróleo.

Há pouco mais de dez anos, o ex-presidente Lula da Silva, hoje preso na sede da Polícia Federal em Curitiba, anunciou com festa que o País havia sido contemplado com um “bilhete premiado”: a Petrobrás havia descoberto enormes jazidas de petróleo na camada do pré-sal, a até 7 km de profundidade.

Um único poço de petróleo na camada de pré-sal é capaz de produzir até 40 mil barris por dia, volume equivalente ao de campos inteiros do pós-sal. Uma vez superadas as limitações tecnológicas e feitos maciços investimentos em infraestrutura, o pré-sal tornaria o Brasil tão competitivo no mercado de óleo e gás quanto países do Oriente Médio.

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), na cidade de Itaboraí, região metropolitana do Rio, seria um dos maiores símbolos dessa histórica virada de página se não houvesse se tornado um monumento à incúria, um símbolo da corrupção desbragada que marcou a aventura lulopetista, incluindo os seus associados, como o ex-governador do Rio Sérgio Cabral.

O Comperj foi projetado para processar o petróleo e o gás do pré-sal. No início das obras, em 2008, seu custo total foi estimado em US\$ 6,1 bilhões, cerca de R\$ 22 bilhões. Quando as obras foram suspensas em 2015, o Tribunal de Contas da União (TCU) estimou que as perdas com o projeto haviam chegado a US\$ 12,5 bilhões, cerca de R\$ 45 bilhões.

O ministro do TCU Vital do Rêgo, responsável pelo relatório sobre a obra, afirmou que foram identificados “indícios de gestão temerária caracterizada por decisões desprovidas das cautelas necessárias”. As investigações da Operação Lava Jato mostraram que o mau planejamento da obra serviu para ensejar, deliberadamente, aditivos contratuais que mais que dobraram o custo final do Comperj. O objetivo foi promover o enriquecimento ilícito de uma quadrilha de empresários e políticos.

O escândalo ficou conhecido como petrolão. A aventura lulopetista continua a onerar a empresa. Reportagem do Estado revelou que, mesmo com as obras paralisadas, o Comperj consumiu mais R\$ 2,7 bilhões da Petrobrás. O valor se refere aos custos de desmobilização e de encerramento de diversos contratos. Estas garantias são previstas nos contratos de grandes obras como forma de resguardar os investidores.

Mas, em tese, são recursos que não precisam ser usados em obras bem planejadas. Mesmo diante dos abissais prejuízos com o Comperj – além de perdas como a da malfadada compra da refinaria de Pasadena, no Texas –, a Petrobrás vem conseguido se reerguer graças a uma gestão profissional.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás ganha R\$ 29 bi de valor de mercado em um dia

Ações da estatal subiram 10% ontem, na esteira do aumento das cotações do petróleo no mercado internacional

A tensão entre os Estados Unidos e o Irã contribuiu para aumentar o valor da Petrobrás em R\$ 29 bilhões num único dia. Com a disparada no preço do petróleo, o valor de mercado da companhia bateu ontem o segundo recorde consecutivo e alcançou a cifra de R\$ 341,4 bilhões. As ações da petroleira, que ontem subiram 10,02% (as ordinárias, com direito a voto), não oscilavam tanto desde 18 de maio do ano passado, quando o mercado financeiro castigou os papéis das estatais após virem à tona as gravações do sócio do JBS, Joesley Batista, com o presidente Michel Temer.

Os contratos futuros de petróleo encerraram a sessão de ontem no maior nível dos últimos três anos e meio, apoiados pela decisão dos Estados Unidos de se retirarem do acordo nuclear internacional com o Irã. Além disso, os volumes de óleo cru, gasolina e destilados apresentaram baixa na semana passada em solo americano, o que ajudou a impulsionar os preços da commodity. O petróleo tipo Brent fechou em alta de 3,15%, aos US\$ 77,21 o barril. Já o petróleo WTI subiu 3,01%, para US\$ 71,14 o barril.

Para Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE-UFRJ), o petróleo em alta significa para a Petrobrás mais dinheiro em caixa para investir em projetos e para negociar melhores condições de pagamento da dívida, o que é positivo. Ele diz, no entanto, que para aproveitar a oportunidade a empresa vai ter de repassar esse avanço de preços aos seus clientes.

A perspectiva é de que a cotação do petróleo se mantenha em um patamar elevado, na casa dos US\$ 70 por barril, daqui para frente, de acordo com os especialistas. "Bombardeios na Síria, que é passagem estratégica para o setor de petróleo; a tensão entre Estados Unidos e Irã; o adiamento do IPO (abertura de capital) da Saudi Aramco para 2019, tudo isso deve manter o preço em alta. Não tem como esperar queda de petróleo nesse cenário", afirmou Fernanda Delgado, pesquisadora da FGV Energia.

Durante a apresentação dos resultados do primeiro trimestre, o diretor financeiro da Petrobrás, Ivan Monteiro, ressaltou que fatores geopolíticos têm influenciado bastante o comportamento do preço do petróleo e derivados. "Essa componente explica boa parte do que a gente vive de avanço no resultado", afirmou. Nesta semana, a Petrobrás anunciou lucro de R\$ 6,9 bilhões de janeiro a março, desempenho 56% maior do que o registrado no mesmo período do ano passado.

Caixa. Procurada, a petroleira não quis comentar os efeitos da alta da cotação de ontem em seu caixa. Mas no evento, Monteiro ressaltou que o Brent tem

impacto direto nas exportações, preços nas refinarias e comércio de gás natural, o que provoca um efeito benéfico na receita de venda. "Mas tem também como consequência a redução do lucro bruto com o aumento das participações governamentais (compensações financeiras aos governos)."

Para Pedro Galdi, analista da Mirae Corretora, a alta das ações era mais do que esperada depois que a Petrobrás demonstrou poder de recuperação. "A Petrobrás é a bola da vez e o cenário ajuda. Ela tem ativos e está desinvestindo onde não tem retorno para investir onde dá lucro. As coisas começam a dar certo pra ela", avaliou. / FERNANDA NUNES, DENISE LUNA E VICTOR REZENDE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Santo Antônio diz estar em 'risco de quebra'

Hidrelétrica em Rondônia que custou R\$ 20 bilhões pediu ao STJ novo prazo para pagar dívida de R\$ 1 bilhão

Depois de consumir R\$ 20 bilhões em investimentos para ser construída no Rio Madeira, em Porto Velho (RO), a hidrelétrica de Santo Antônio, a quinta maior do País, está em colapso financeiro, com "risco iminente de quebra" em razão de dívidas que não consegue quitar. As palavras são da Santo Antônio Energia (Saesa), concessionária formada por Cemig, Saag Investimentos, Odebrecht Energia, Caixa FIP Amazônia e Furnas.

O Estado teve acesso a uma petição que a Saesa enviou à presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Laurita Vaz, no dia 3. A concessionária apresenta um pedido de "suspensão de segurança", para tentar negociar dívida de quase R\$ 1 bilhão cobrada pela Câmara de Comercialização de Energia (CCEE).

A empresa explica que era alvo de cobrança de R\$ 811 milhões pela CCEE, dívida ligada a garantias financeiras de operações de compra e venda de energia. O valor está relacionado ao tempo de indisponibilidade das turbinas da usina, que teriam superado os limites estabelecidos em contrato. No dia 19 de abril, após a Saesa recorrer contra a cobrança, a CCEE revisou o valor para R\$ 679 milhões, mas três dias redefiniu o débito para R\$ 724,8 milhões.

A empresa, então, recorreu à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), devido ao "inegável risco de colapso financeiro da Saesa com impacto sobre todos os consumidores e mercado". A Aneel deu prazo até ontem para que a

concessionária apresentasse proposta de pagamento da dívida e a renúncia da discussão judicial sobre o tema.

Ao STJ, a empresa pede novo prazo. "A Saesa, em estado de necessidade e risco iminente de quebra, será compelida a renunciar o direito que discute em juízo e propor uma forma de pagamento parcelado", declarou. "Ocorre que a Saesa possui apenas R\$ 27 milhões em conta corrente, sendo que estes recursos já se encontram em grande parte comprometidos com o serviço da dívida que possui os recebíveis como garantia." Segundo a concessionária, "a capacidade de aportes dos acionistas já se esvaiu. A previsão inicial de aportes era de R\$ 4,2 bilhões, mas já foram aportados mais de R\$ 9,3 bilhões".

A Saesa afirma que, caso entre em colapso, seus contratos de venda de energia serão rescindidos em apenas dois anos, com o custo adicional para os consumidores das distribuidoras e compradores de energia estimado em R\$ 9,68 bilhões. Procurada pela reportagem, a Saesa apenas confirmou o teor das informações contidas na petição.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Aprovado relatório sobre distribuidoras

Notas

ELETROBRÁS

A comissão especial da Medida Provisória 814, que trata das distribuidoras da Eletrobrás, aprovou ontem relatório apresentado pelo deputado Júlio Lopes (PP-RJ). Na votação, 17 deputados e senadores votam a favor da proposta e 7 contra. O texto segue para votação no plenário da Câmara e do Senado e tem de ser aprovado até 1.º de junho para não perder validade. O relator disse que o texto deve ir à votação na Câmara em até duas semanas. "Depende do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), mas estou confiante de que ele pautará tão logo a ordem cronológica permita.",

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Burocracia e eleição atrasam projetos

São Paulo — A agenda eleitoral e a burocracia vêm impactando o ânimo dos investidores do setor de infraestrutura. Ao todo, 101 projetos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o Avançar Parcerias, capitaneado pela Secretaria Especial do PPI, estão à espera de aprovações em diferentes esferas, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e o Congresso, para só então terem seus editais de concessão publicados.

Até agora, o PPI tem, segundo sua página oficial, 74 projetos concluídos e 101 em andamento. Desses, nove têm previsão de publicação do edital para no segundo trimestre de 2018 — ou seja, dentro de mais 51 dias. No entanto, quatro deles ainda estão sob análise do TCU, em um processo que não tem data para acabar, o que torna a missão de cumprimento desse calendário muito difícil.

Mas não é só no curto prazo que há incongruências entre a meta do PPI e a sua viabilidade. Faltam 235 dias para terminar o ano. Nesse prazo, o governo espera esvaziar a pauta do PPI e colocar os 101 projetos nas mãos da iniciativa privada. O cronograma da Secretaria Especial do PPI começa com a fase de estudos, passa pela consulta pública, acórdão do TCU, publicação do edital, leilão, até chegar à assinatura do contrato de concessão.

Na primeira etapa do PPI, os investimentos foram de cerca de R\$ 146 bilhões. Para este ano, prevê o governo, no caso de o calendário se confirmar, esse valor deve ser ligeiramente menor, de R\$ 144,2 bilhões.

Para Maurício Endo, sócio-líder de Infraestrutura da KPMG para América Latina, 2018 será um ano de “relativa frustração” para os investidores do setor. “Este não será um ano totalmente perdido. Mas o volume de projetos será menor do que o registrado em 2017. Isso acaba sendo muito frustrante para os investidores que se prepararam para participar das concessões”, avalia o especialista.

O executivo explica que, para os investidores, é fundamental que o calendário de concessões seja “mais confiável”. “Eles olham oportunidades em vários países, montam suas equipes para acompanhar esses processos. Se o cronograma for alterado, eles podem perder o interesse e focar mercados com maior previsibilidade”, alerta.

Já o diretor executivo de Infraestrutura da EY, Gustavo Gusmão, avalia que os investidores contavam com a possibilidade de nem todos os projetos do PPI serem viabilizados em 2018. “De certa forma isso estava precificado, mas não deixa de ser quase uma frustração não ter investido neste ano”, analisa. Diferentemente do executivo da KPMG, ele acredita que o Brasil não sairá do

radar de quem tem dinheiro para colocar em projetos de infraestrutura por conta da velocidade aquém do esperado para o pacote de concessões do governo.

Atrativo

Pesquisa recente da própria EY apontou que o Brasil passou do oitavo para o segundo lugar entre os países com maior atratividade para os investidores. “As empresas sabem que nessa área os projetos precisam de tempo para serem maturados, por isso esse atraso não vai comprometer os planos. Além disso, há a opção de elas escolherem outra forma de investir, por exemplo, por meio da aquisição de outras empresas”, explica. É o que se vê agora com o interesse de duas multinacionais — Enel e Neoenergia — pelo controle da Eletropaulo, distribuidora de energia com atuação na Grande São Paulo.

Segundo José Guilherme Souza, sócio da Vinci Partners, como a demanda por serviços de infraestrutura é muito grande no Brasil, “faz todo sentido se debruçar sobre investimentos no setor, em especial no setor elétrico. Desde meados de 2017, temos percebido que os investidores estrangeiros estão colocando o país na lista de opções para o momento em que a poeira na política baixar, principalmente se o cenário for mais pró-mercado”, analisa.

Presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Venilton Tadini lembra que algumas regulamentações que poderiam colaborar para um ritmo mais satisfatório no setor emperraram no Poder Legislativo. É o caso da medida provisória que prevê a devolução amigável de concessões, que ainda precisa de regulamentação sobre a forma como será feita a remuneração dos agentes. Ele cita ainda o caso da MP sobre a repactuação das rodovias e das outorgas dos aeroportos.

“Falta planejamento e clareza sobre a prioridade nos projetos de infraestrutura. Para piorar, o que já está na mão do Estado não vem sendo cuidado. Isso mata a competitividade”, analisa Tadini.

Segurança jurídica

Dono do maior volume de concessões do país, o Grupo CCR se mantém atento às oportunidades. Mas, segundo seu presidente, Renato Vale, além de recursos, é preciso contar com segurança jurídica. “A infraestrutura representa o maior déficit de investimento no país e, na contramão dessa estatística, é, comprovadamente, necessário para que possamos voltar a registrar índices de crescimento na economia. Por esse motivo, acreditar que promover recursos para projetos de infraestrutura é fundamental, porém, tão fundamental quanto é garantir segurança jurídica para os investidores, previsibilidade, cumprimento

e transparência no marco regulatório e efetividade das políticas de investimento”, opina o executivo.

Segundo Endo, da KPMG, os investimentos em infraestrutura vêm encolhendo por falta de recursos do orçamento público. O ideal, segundo o Banco Mundial, é que 5% do Produto Interno Bruto seja destinado ao setor por ano. O Brasil já chegou a 2,4% entre 2014 e 2015. No ano passado o número foi de 1,5% do PIB e em 2016 foi de 1,7%, ou seja, os valores só encolhem. Para 2018, previsão é que fique entre 1% e 1,5% do PIB.

Por outro lado, tanto Endo quanto Gusmão acreditam que os projetos estaduais e municipais de infraestrutura poderão ganhar espaço em 2018 e 2019. “Vemos a agenda municipal em andamento, mesmo que afetada pela agenda federal, com PPPs (parcerias público-privadas) de menor porte para projetos nas áreas de concessão de contratos de limpeza, transporte e iluminação”, diz o executivo da EY.

Consultada pela reportagem, a Secretaria Especial do PPI alegou indisponibilidade de agenda para atender ao pedido de informação.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Negócios

Autor: Paula Pacheco

Título: Eletrobrás deve ficar para 2019

Um dos maiores projetos no pacote do PPI é o que prevê a privatização da Eletrobrás. Ontem, a comissão especial mista do Congresso que analisa a Medida Provisória 814 (sobre as distribuidoras da estatal) aprovou o texto principal do relatório do deputado Júlio Lopes (PP-RJ), mas ainda faltam os destaques.

A MP 814 tem de ir à votação no plenário da Câmara e do Senado até 1º de junho, do contrário perderá a validade. Por isso, há quem descarte a possibilidade de o leilão acontecer ainda em 2018, como acredita o governo. Maurício Endo, executivo da KPMG, acredita que o calendário eleitoral vai atrapalhar esse planejamento e que o processo só deverá ser concluído em 2019.

Para os parlamentares, endossar o projeto de privatização da estatal pode ter um peso na urna, já que existe a possibilidade de as tarifas serem corrigidas para cima quando o controle passar para a iniciativa privada. Em um momento em que os políticos sofrem com a completa desmoralização, apoiar a

privatização da Eletrobrás pode ter um impacto nas urnas, em outubro, difícil de ser contornado.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Arícia Martins | De São Paulo

Título: Petróleo em alta não altera previsões de IPCA abaixo da meta

A disparada do petróleo no mercado externo é um dos poucos fatores que coloca algum viés de alta na inflação, mas não gerou maiores preocupações num ambiente ainda bastante tranquilo para os preços. Economistas ouvidos pelo **Valor**, por ora, não consideram revisar suas estimativas para o aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no ano - que estão entre 3,3% e 3,8%, abaixo do centro da meta do Banco Central, de 4,5% - em função da correção de combustíveis já observada no atacado.

Em abril, a gasolina subiu 7,1% aos distribuidores, segundo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ao todo, foram efetuados 14 reajustes pela Petrobras nas refinarias no mês passado, dos quais apenas cinco foram negativos. Nos primeiros nove dias de maio, o combustível já acumulou alta de 3% ao distribuidor, segundo a Agência Nacional do Petróleo (ANP). Com peso de 4,3% no indicador oficial de inflação, cada 10% de alta da gasolina eleva o IPCA em 0,43 ponto percentual.

Economista do Haitong, Flávio Serrano estima que o IPCA vai aumentar 3,8% em 2018, com avanço entre 6% e 7% da gasolina. "Essa alta pode ser um pouco maior porque os últimos reajustes foram intensos", diz. No entanto, tendo em vista a elevada ociosidade na economia, tanto os repasses da alta dos combustíveis quanto da depreciação cambial aos preços ao consumidor podem ser menores, pondera.

É normal esperar um aumento um pouco menor nas bombas do que nas refinarias, porque a estrutura de impostos absorve parte das altas aos distribuidores, acrescenta Serrano. Nos 12 meses até março, calcula ele, a gasolina avançou 16% dentro do IPCA, um ponto percentual abaixo da correção nas refinarias. "A estrutura tributária mitiga parte dos reajustes da Petrobras."

Analisando um período mais recente, o descolamento é maior, porque o etanol voltou a recuar nas bombas com a entrada da safra da cana-de-açúcar, o que ajuda a controlar a alta da gasolina. De fevereiro para cá, destaca, o álcool

combustível caiu cerca de 16%. Desde o início de março, a gasolina subiu 15% nas refinarias, contra aumento de apenas 5% nas bombas, observa Serrano.

Mesmo trabalhando com uma hipótese extrema, em que a gasolina teria aumento de 10% ao consumidor em 2018, a projeção para o IPCA no período subiria de 3,3% para 3,7%, afirma Patrícia Pereira, economista-chefe da Mongeral Aegon Investimentos. No cenário atual da gestora de recursos, o combustível terá alta de 3,9% no ano. "Estamos acompanhando o preço do petróleo e o fortalecimento do dólar, mas isso não deve suscitar grandes revisões", afirma.

O repasse ao varejo deve ocorrer, comenta a economista, mas em quase um ano da vigência da nova política de preços da Petrobras, ainda é difícil mapear a intensidade e o momento em que os reajustes quase diários nas refinarias chegam às bombas. "Dado o cenário de fraqueza da atividade, essa transmissão ocorre mais lentamente", diz ela.

Patrícia acrescenta, ainda, que o comportamento favorável dos preços também tem inibido revisões para cima nas estimativas para o IPCA, mesmo com a pressão maior dos combustíveis e do câmbio. "Se já estivéssemos em um caminho mais próximo da meta, teríamos mais interesse em rever o cenário para a inflação na vírgula, mas não é o caso."

No primeiro trimestre, a inflação acumulada pelo IPCA foi de 0,70%, menor taxa para o período durante a vigência do Plano Real, observa Luiz Castelli, economista da GO Associados. Em sua visão, a surpresa para baixo com os dados do início do ano deve compensar eventuais pressões que não estavam no radar, como a alta mais forte do petróleo e a desvalorização cambial.

Provavelmente a consultoria vai elevar a previsão para o IPCA de maio, atualmente em 0,25%, devido aos reajustes da gasolina, mas a projeção de aumento de 3,5% para o indicador em 2018 será mantida, afirma Castelli. "Esperamos que o dólar recue um pouco até o fim do ano, e barril do petróleo também", explica.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner e Edna Simão | De Brasília

Título: Governo pode ajustar projeções no Orçamento

O governo está avaliando quanto do movimento recente do petróleo tende a permanecer para definir qual o novo valor a ser considerado na programação orçamentária e financeira, que tem que ser divulgada até dia 22 de maio. A

estimativa de preço para o petróleo tem impacto sobre a previsão das "demais receitas", especialmente de royalties, o que pode favorecer as contas do governo federal, além de Estados e municípios.

No entendimento de fontes da equipe econômica, é preciso aguardar um pouco mais para verificar se o atual preço do petróleo, mais alto, é uma tendência. "Não é o preço spot que move o relatório, mas o cenário da SPE [Secretaria de Política Econômica] quanto ao preço futuro", explicou um técnico. No relatório de receitas e despesas do primeiro bimestre, divulgado em março, a equipe econômica considerava o preço médio do barril de petróleo em US\$ 65. Ontem, o preço do barril de petróleo Brent para julho fechou cotado a US\$ 76,93 e o WTI, a US\$ 71,05.

Mas o técnico explicou que o efeito final de alguma mudança nesse parâmetro para o orçamento depende de outras estimativas. No próximo relatório, por exemplo, a equipe econômica vai incorporar mudanças como o reajuste do Bolsa Família, com impacto estimado de R\$ 684 milhões neste ano. Outro fator que deve influenciar no cálculo é o câmbio. No primeiro bimestre, o parâmetro para a execução orçamentária era taxa média de R\$ 3,27 por dólar. A moeda americana ontem encerrou o dia cotada a R\$ 3,59.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner e Raphael Di Cunto | De Brasília

Título: Venda da Eletrobrás eleva verba para o São Francisco

O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator do projeto de lei sobre a privatização da Eletrobrás, aumentou de R\$ 9 bilhões para R\$ 15 bilhões os recursos destinados a ações de revitalização da bacia hidrográfica do São Francisco ao longo dos 30 anos de novas concessões das usinas hidrelétricas detidas pela empresa.

Um valor parecido, de aproximadamente R\$ 15 bilhões em três décadas de contrato, seria alocado ao operador do projeto de transposição do rio na forma de suprimento gratuito de 220 megawatts (MW) médios de energia pela subsidiária Chesf.

Essas foram as principais mudanças feitas por Aleluia no texto original do governo. A partir de hoje, com a publicação oficial do relatório, abre-se o prazo de cinco sessões da comissão especial para apresentação de emendas.

Não houve alterações relevantes na modelagem da privatização, que mantém uma "golden share" em posse da União e impede a formação de blocos de

acionistas com mais de 10% para exercício do direito de voto. Sobe de um terço para 40% o montante da outorga a ser transferido à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), o fundo setorial que banca subsídios nas tarifas.

O projeto de lei previa inicialmente R\$ 350 milhões anuais, ao longo dos 15 primeiros anos de concessão das usinas, para ações de recuperação do rio São Francisco. Na segunda metade do contrato, esse valor seria reduzido para R\$ 250 milhões por ano. Aleluia fixa essa cifra em R\$ 500 milhões ao longo das três décadas de vigência dos novos contratos de concessão das hidrelétricas que hoje operam no regime de cotas e poderão receber preços de mercado pela energia produzida. O repasse será feito à futura Fundação Revita, uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos, que teria sede no município de Paulo Afonso (BA) - Estado do deputado. À fundação caberia definir as ações específicas de recuperação do rio, que hoje são custeadas com verba pública.

O relator incumbe o Banco do Nordeste como operador financeiro do fundo e propõe a criação de um comitê gestor com nove integrantes - cinco do Poder Executivo, dois da Eletrobrás, um do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e um do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Três dos cinco membros do governo deverão ser representantes das Forças Armadas.

Se for aprovado, o relatório de Aleluia resolve a dúvida que cercava o custeio das operações do projeto de transposição. Depois de mais de uma década de obras, as incertezas giravam em torno de quem arcaria com os pesados gastos com energia elétrica para mover as estações de bombeamento das águas. A Chesf fica designada, conforme o parecer, para o fornecimento gratuito. Essa despesa é estimada em pelo menos R\$ 500 milhões por ano.

Somando as duas "bondades", a nova Eletrobrás teria que desembolsar cerca de R\$ 30 bilhões nas próximas três décadas para atividades relacionadas ao São Francisco, o que impactará o valor a ser levantado nas outorgas.

A apresentação do relatório reacende a esperança do governo de fazer o aumento de capital da Eletrobrás até dezembro. O prazo é considerado bastante apertado. Para que o cronograma seja viável, estima-se informalmente que o projeto passe pela Câmara e pelo Senado até o fim de junho.

No texto original do governo, caberia à Eletrobrás sob controle privado manter o tradicional Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) por quatro anos. O relator estende esse período para 30 anos, ou seja, toda a vigência das novas concessões. E define valor anual de R\$ 170 milhões, corrigido pelo IPCA, como forma de garantir recursos ao principal instituto de pesquisa e desenvolvimento do setor.

Ontem o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) informou que "está garantido o suprimento" do país com a manutenção do despacho de usinas térmicas pelo critério de menor custo (ordem de mérito). As autoridades do setor avaliam que o risco de desabastecimento em 2018 é zero para os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste. Segundo o CMSE, o setor elétrico brasileiro contou com acréscimo de 482 Megawatts (MW) de geração em abril. **(Colaborou Rafael Bitencourt)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Nova MP atende demandas das áreas de gás e nuclear

A Medida Provisória 814/17 chegará aos plenários da Câmara e do Senado carregada de temas alheios ao texto original enviado pelo governo para destravar a venda das distribuidoras da Eletrobrás e incluir a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND) - este último foi até suprimido da versão atual. A nova redação, aprovada ontem em comissão mista de deputado e senadores, contempla demandas dos segmentos de gasodutos, nuclear, suprimento de gás, geração de eletricidade, entre outros.

O relatório do Julio Lopes (PP-RJ) garante, por exemplo, que a Petrobras atualize o preço do gás natural fornecido às termelétricas contratadas quando o país vivia o trauma do racionamento de energia em 2000, no governo Fernando Henrique Cardoso. A petroleira acumulou prejuízos com preço defasado em relação ao praticado no mercado.

A Petrobras poderá fazer o reajuste no preço do gás das térmicas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT) se aceitar retomar imediatamente o fornecimento (a partir de 1º de junho), desistir das ações judiciais e manter o preço do gás do contrato original por mais quatro meses.

O reajuste no preço da molécula de gás estava previsto no relatório apresentado há duas semanas. Ontem o deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) afirmou que a elétrica italiana Enel deixou de receber gás para a usina TermoFortaleza.

Alinhado ao do relator, Aleluia afirmou que a suspensão do fornecimento de gás já causou prejuízo de R\$ 140 milhões para os consumidores, quando o sistema recorre à térmicas mais caras abastecidas com óleo diesel. Ele afirmou que a retomada do suprimento de gás às usinas do PPT resultará em economia de R\$ 400 milhões com o fornecimento do gás mais barato pelos quatro meses indicados.

O relatório preservou parte do texto original que compatibiliza os prazos de contratos de termelétricas no Norte ao de gasodutos da Petrobras. Isso permite que subsidiárias da Eletrobrás na região continuem recebendo recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), bancada por consumidores de todo o país.

O texto atual da MP também autoriza a equiparação do preço da energia da usina nuclear Angra 3 à média internacional. Ontem, Lopes afirmou que a escolha de sócio privado, prevista no relatório, não contrariará a Constituição. Segundo ele, o investidor deverá assumir uma fatia minoritária para que o controle de atividade nuclear continue nas mãos do governo.

A proposta do relator prevê que a definição de sócio para a Eletronuclear passe por seleção de proposta econômica que contemple os investimentos para conclusão do empreendimento e ofereça menor tarifa energia ao sistema.

O texto atual trata ainda do uso de 20% dos recursos do Fundo Social para financiar a construção de novos gasodutos (Dutogas), extensão do prazo de concessão de usinas com prejuízos relacionados ao risco hidrológico e novo critério para o benefício do programa Tarifa Social à famílias de baixa renda.

A MP 814/17 deve chegar ao plenário da Câmara em duas semanas e ainda terá que passar pelo Senado antes de 1º de junho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Por Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Temer estuda medidas que aumentem cacife de apoio a PSDB

O presidente Michel Temer está atuando em diversas frentes para vender caro o apoio do MDB e da máquina federal à pré-candidatura do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, do PSDB, à Presidência da República. Diante de sua impopularidade e do desempenho fraco nas pesquisas de intenção de voto, o emedebista encomendou ao **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, um estudo para levantar possíveis medidas para baratear o preço dos combustíveis, como a tarifa da gasolina.

Temer acredita que com a adoção da medida conseguirá ver uma melhora da avaliação do governo em pesquisas futuras, o que poderá tornar mais pesada a moeda de troca pelo seu apoio nas urnas.

Ainda que partidos do centro político tenham demonstrado disposição em articular a criação de uma ampla aliança isolando PSDB e MDB, Temer decidiu

ampliar suas investidas sobre as legendas do bloco. Pensando em valorizar seu passe nas negociações pela composição de uma candidatura única do centro político, o presidente resolveu retomar a interlocução com legendas como o PRB, que tem o empresário Flávio Rocha como pré-candidato ao comando do Palácio do Planalto, e o PR e o PP, que não apresentaram candidatura própria.

Ontem, em reunião com o deputado Fausto Pinato (PP-SP), Temer teria falado em alianças regionais entre emedebistas e progressistas, mas também colocou na mesa que seria interessante que "os partidos pudessem jogar juntos" na corrida presidencial. Na terça-feira, as investidas foram sobre o ex-ministro Marcos Pereira, que é presidente do PRB.

Segundo auxiliares do Planalto, Temer acredita que, se o flerte com PRB, PP e PR vingar, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que é pré-candidato à Presidência pelo partido comandado pelo prefeito de Salvador ACM Neto, deixará de resistir à possibilidade de fazer parte de uma composição com as demais legendas do centro.

Caso esse cenário se concretize, Temer terá mais fichas na mesa para negociar por mais espaço na chapa única do centro político. Em conversas reservadas, o emedebista tem afirmado a interlocutores que o cenário ideal é que o centro consiga compor uma aliança formada por pelo menos nove siglas em torno de uma candidatura. "Ele quer que se juntem com o MDB o DEM, PSD, PP, PR, PTB, Solidariedade, PRB e PSDB", afirmou um aliado de Temer ao **Valor**.

Em outra frente para potencializar a força de seu apoio nas urnas, Temer investirá em agenda com bancadas evangélicas. A aproximação com o grupo tem o objetivo de minar uma eventual aliança dos religiosos com o pré-candidato do PSL à Presidência, deputado Jair Bolsonaro (RJ). Em reunião com o ex-ministro do Trabalho Ronaldo Nogueira, do PTB, Temer iniciou a construção de uma estratégia para conseguir adesão entre os evangélicos. Nogueira, que é pastor, se comprometeu a auxiliar o emedebista na ofensiva.

Além da proximidade com a bancada, o presidente intensificará a agenda em igrejas evangélicas, com o objetivo de conquistar apoio dos religiosos a candidatura dele ou ao postulante ao Planalto que seja eventualmente apoiado pelo MDB. Interlocutores de Temer afirmaram que o presidente está certo de que se tiver o apoio de lideranças evangélicas poderá venderá caro a aliança com Alckmin ou com outro nome do centro político.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção:** Opinião**Autor:** Por Edvaldo Santana**Título:** Eletrobrás, Dutobras e o Jaboti

Nos últimos tempos tenho mostrado as idiossincrasias do aparato regulatório do setor energético brasileiro. Foi o que fiz em artigo no **Valor** de 13 de novembro de 2017 e 9 de abril de 2018. O assunto é aqui ampliado, para destacar a criatividade da estrutura política vigente para transformar uma boa ideia em uma peça de muito mau gosto.

No fim de 2017 o governo enviou ao Congresso a Medida Provisória (MP) 814, conhecida como "MP da Eletrobrás". A motivação era importante: a privatização da holding federal do sistema elétrico. Quatro meses depois, percebe-se que a MP contempla de tudo, menos a privatização, que, repita-se, era seu objetivo. Um golpe de mestre. Com emendas sem qualquer vinculação com o objeto, a MP serve agora para carregar os "espíritos" da ineficiência e de outras coisinhas mais. Não poderia ser diferente: a MP chegou ao Congresso com uma página e três artigos, e já ganhou 30 páginas e 27 artigos, alguns com temas emblemáticos.

Destaco quatro deles, a começar por Angra 3, talvez, no setor elétrico, o principal símbolo do descaso, fruto do estatismo desmedido. A usina está com obras paralisadas, mas lá já foram enterrados mais de R\$ 15 bilhões, que hoje não valem a metade disso. Em um sistema no qual, equivocadamente, as hidrelétricas, quando muito, são construídas sem reservatórios, a energia nuclear é um bom caminho para a segurança do abastecimento, mas isso não pode se dar a qualquer custo. Uma das emendas à MP autoriza que a tarifa de Angra 3 seja elevada de R\$ 242/MWh para R\$ 500/MWh, a pretexto do uso de preços internacionais. O resultado é que os consumidores suportarão um custo adicional de quase R\$ 2 bilhões/ano.

O segundo caso é uma aula prática dos efeitos do poder de monopólio. Em fevereiro de 2000, temendo o racionamento que acabou acontecendo entre 2001 e 2002, o governo criou o Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT). Tal programa assegurava o fornecimento de gás natural por 20 anos, conforme preço estabelecido em um decreto. Contudo, a Petrobras tem ameaçado com a interrupção do suprimento de gás, já sendo isso efetivo para uma das usinas, a Termofortaleza.

O argumento da supridora consiste no preço do combustível, US\$ 4/MMBTU, quando ela mesmo já o vende por até três vezes mais. Então, o que fazer? Obrigar o cumprimento do contrato ou simplesmente achar uma MP e nela

colocar mais um jabuti? Claro, optou-se pela segunda alternativa, mais fácil, convencional nos dias atuais.

Não é a primeira vez que a monopolista do gás usa tal tática. Na primeira, em 2004, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostrou-lhe que não aceitaria a artimanha. Na segunda, em 2007, o governo a fez assinar um Termo de Ajustamento de Conduta que, pasmem, determinava tão somente o cumprimento do contrato. Nesta terceira oportunidade, o caminho das pedras para aumentar o preço do gás parece ter sido encontrado. A Termofortaleza, que confiou em um decreto do Executivo, pode sofrer sérios prejuízos ao ficar sem produzir energia.

MP da Eletrobrás enviada ao Congresso contempla de tudo, menos a privatização, que era seu objetivo

Pode até perder sua outorga, sem que para isto tenha dado causa. Uma emenda à MP foi a saída encontrada, só que com custo adicional de R\$ 2,1 bilhões para os consumidores, que pode ser um pouco menos se for considerada a substituição eventual por usinas mais caras. Uma curiosidade: por que a MP não propõe o uso do preço internacional, a exemplo do que foi sugerido para a Angra 3? Porque tal preço varia entre US\$ 3/MMBTU e US\$ 5/MMBTU, pouco para as pretensões.

O terceiro tema mostra com perfeição a vulnerabilidade da infraestrutura regulatória do setor energético, como se as atribuições pudessem ser modificadas de acordo com a direção do vento. Em meados dos anos 2000, a Eletrobrás, por meio de sua subsidiária no Estado do Amazonas, decidiu construir uma termelétrica a gás natural. Ótimo. O custo da usina e do gás seriam bancados pela Conta de Consumo de Combustíveis, um encargo que faz os consumidores de todo o Brasil pagarem por mais uma fonte de ineficiência estatal, a mãe da insegurança jurídica. Foi assinado, então, um contrato com a Petrobras, que utilizaria o gasoduto Urucu-Coari-Manaus para fornecer o combustível.

Sucede que a usina construída, por ser bem menor que o previsto, não consegue utilizar todo gás contratado. Como a legislação em vigor só permite (por óbvio) que o consumidor pague pelo combustível efetivamente utilizado, surgiu daí uma disputa (entre as duas estatais e a Aneel) que já dura 5 anos. A Aneel, corretamente, não aceita o repasse para as tarifas da parte (R\$ 3 bilhões) não utilizada do gasoduto. Qual foi a saída encontrada? Claro, uma nova Emenda à MP 814, autorizando o repasse dos custos para os consumidores, mas com requintes de crueldades: a Aneel foi retirada do circuito, sendo substituída pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Ganha um doce quem adivinhar o porquê. Mais: a ANP é autorizada a estudar o

aumento do preço do gás, que é outra demanda da Petrobras há um bom tempo.

A "bondade" do parlamento não para por aí. A MP foi aproveitada para simplificar, mas ao mesmo tempo aumentar a faixa de usuários alcançados pela tarifa social. Se for aprovada tal como o texto original do relator, o consumo de até 80 kWh fica isento do pagamento da conta de luz. Um detalhe: como o consumo médio no Brasil é de 150 kWh, mais da metade disso utilizará energia sem qualquer pagamento. O custo da "bondade" pode chegar a R\$ 1,5 bilhão. É verdade que a crise pode ter empurrado uma grande quantidade de pessoas para a pobreza absoluta, mas não é dessa forma que o problema é resolvido. Estimular o uso eficiente da energia sai muito mais barato do que a emenda e tem efeitos permanentes. Porém, nossas vicissitudes tornam bem mais fácil plantar mais um jabuti.

O ponto máximo da criatividade, combinado com o ápice do desvio de finalidade, consiste na criação do Dutogas (sic), um fundo para a expansão da rede de gasodutos. Apesar de todas as mazelas, a regulação do segmento do gás natural não contemplava um encargo, o que é agora inaugurado, e com mais custos, lógico. A propósito, além do aumento de, no mínimo, 6% nas tarifas, mais os 15% já previstos para este ano, o desvio de finalidade é outra marca da nova MP. Lá tem outras pérolas, como em toda a Medida, que emudeceu sobre a privatização da Eletrobrás. Em conclusão: pelo Dutogas foi-se uma boa ideia e fluiu o mau gosto do vale tudo e da elevação dos custos. E com um grave precedente para questionamentos futuros por quem tem baixado os preços nos leilões. Bastará enfeitar a árvore com mais um jabuti.

Edvaldo Santana é presidente da Abrace e ex-diretor da Aneel

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Petróleo em alta

Os preços do petróleo subiram cerca de 3% ontem e atingiram uma nova máxima em três anos e meio, depois que uma diminuição maior do que o esperado nos estoques dos Estados Unidos ampliou ganhos da decisão dos EUA de sair do acordo nuclear com o Irã. Segundo a Reuters, o barril do Brent subiu 3,2%, a US\$ 77,21. Referência global, o Brent chegou na máxima da sessão a US\$ 77,43, a maior cotação desde novembro de 2014. O barril do WTI fechou

em alta de 3%, cotado a US\$ 71,14. Os dois contratos tiveram seu maior ganho percentual diário em um mês.

Lucro da Magnesita dobra

O lucro líquido da Magnesita Refratários dobrou no primeiro trimestre ante o mesmo período de 2017, para R\$ 103,5 milhões. A receita líquida de janeiro a março de 2018 totalizou R\$ 997,5 milhões, avanço de 11,7% na comparação anual. No mesmo período, a empresa reportou Ebitda de US\$ 65,1 milhões, alta de 61,9% ante o primeiro trimestre de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Taesa mira linhas de transmissão da Eletrobrás e novos projetos da Aneel

A Taesa, transmissora de energia controlada pela mineira Cemig e a colombiana ISA, está atenta a oportunidades de aquisições nos próximos dois meses. O presidente da companhia, Raul Lycurgo Leite, disse que a empresa vê espaço para comprar ativos, seja a partir do leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), seja por meio do pacote de linhas existentes que a Eletrobrás ofertará ao mercado no mês que vem.

O executivo conta que ainda avalia a melhor alternativa de financiar as futuras aquisições, mas que as finanças permitem à empresa recorrer tanto ao caixa próprio quanto buscar empréstimos no mercado. A Taesa fechou o primeiro trimestre com uma alavancagem, medida pela relação dívida líquida/Ebitda (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), de 1,3 vez, e um caixa de R\$ 900 milhões.

"Nosso balanço nos coloca numa posição privilegiada para buscarmos oportunidades de brownfields [ativos já existentes] e greenfields [novos projetos] no próximo mês... O brownfield é um investimento que nos permite, logo em seguida, ter uma RAP [receita anual permitira] na veia. Já o greenfield é um projeto de mais longo prazo. Mas não há uma preferência entre os dois", disse o executivo.

Lycurgo diz que muitos dos 24 lotes a serem ofertados pela Aneel têm sinergias com os ativos da empresa, que possui hoje oito empreendimentos em construção. Ele disse, ainda, que a Taesa também monitora as onze participações que a Eletrobrás tem planos de leiloar, das quais a transmissora tem direito de preferência em cinco.

"Conhecemos os ativos, saberemos precificá-los. Se fizer sentido econômico e financeiro, vamos exercer o direito de preferência", afirmou Lycurgo, que também confirmou interesse da Taesa pelos demais ativos em que a companhia não possui a preferência na aquisição.

A Taesa fechou o primeiro trimestre com um lucro líquido de R\$ 217,3 milhões, alta de 7,9% ante igual período de 2017. O aumento reflete a melhoria do cenário macroeconômico, que impactou diretamente o resultado financeiro, e o crescimento de 19,7% na linha de equivalência patrimonial, devido à incorporação dos ativos das Transmineiras, adquiridas da Cemig em novembro.

A receita líquida, por sua vez, caiu 4,7%, para R\$ 316,7 milhões, e o Ebitda recuou 5,5%, para R\$ 253 milhões. A retração é atribuída à queda das RAPs das concessões Novatrans e TSN (Sudeste Nordeste), que tiveram suas receitas reduzidas por já terem completado 16 anos de operação.

O diretor financeiro, Marcus Aucélio, comenta que esse corte, previsto na concessão, já estava precificado e será compensado nos próximos anos, conforme ficarem prontas as novas linhas em construção pela empresa. Os oito projetos em construção somam uma RAP de R\$ 573 milhões e entrarão em operação entre 2019 e 2022.

A Taesa aprovou uma remuneração de R\$ 253,9 milhões aos acionistas. Serão pagos R\$ 188,1 milhões em dividendos, relativos ao primeiro trimestre, e R\$ 65,8 milhões em juros sobre capital próprio, relativo a abril.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Renato Rostás | De São Paulo

Título: Gerdau atinge rentabilidade acima do esperado e ação tem alta de 6,4%

A mensagem passada por Gustavo Werneck ao apresentar o primeiro balanço à frente da Gerdau não poderia ser melhor. A empresa atingiu rentabilidade bem acima do esperado e animou os investidores e analistas, que agora esperam revisões das estimativas de 2018 em diante. Após publicar os resultados do trimestre, as ações preferenciais subiram 6,31%, cotadas a R\$ 17,36. E fecharam o dia com alta de 6,43%. Esse é o maior nível desde dezembro de 2013.

"Estamos preparados para crescer em segmentos e geografias que nos permitam isso", disse Werneck em teleconferências. "Isso significa crescer de forma segura, com o pé no chão, enfrentando o desafio de sermos líderes em

rentabilidade nos mercados em que atuamos e na preferência de nossos clientes."

O balanço trouxe o maior lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) em quase oito anos, já excluídos efeitos não recorrentes - alcançou R\$ 1,48 bilhão, 74% acima dos mesmos três meses de 2017. O Itaú BBA ressaltou, em relatório, que caso o ritmo se mantenha até o fim do ano, o Ebitda ficará perto de R\$ 6 bilhões em 2018, 10% acima do consenso de mercado.

O lucro líquido atribuído aos controladores foi de R\$ 441 milhões, 45,9% abaixo do mesmo período de 2017. A receita líquida cresceu 22,8%, para R\$ 10,39 bilhões. "O que podemos dizer é que não houve nada de não recorrente nos números, o resultado refletiu um ambiente de negócios melhor", declarou Harley Scardoelli, diretor financeiro da siderúrgica. "Existe, sim, essa possibilidade de continuar com bons resultados."

No Brasil, vai fazer mais lançamentos de construção residencial no segundo semestre, o que vai ampliar a demanda por aços longos. O cenário também está desenhado para reajustes de preço - ainda não implantados plenamente -, pois o produto nacional está mais barato que o importado.

Werneck declarou ser possível esperar no balanço deste trimestre um desempenho da unidade brasileira próximo ao do primeiro. A receita líquida no país subiu 29,7% em comparação anual, para R\$ 3,61 bilhões, e o Ebitda cresceu 93,1%, para R\$ 751 milhões. A margem foi de 14% para 20,8% em um ano. "A gestão de custos foi impressionante", disseram analistas do BTG Pactual, em relatório sobre a operação Brasil.

Para a unidade América do Norte, Werneck disse que a seção 232, sob a qual os EUA impuseram tarifas de 25% ao aço importado, deve elevar o uso de capacidade local dos atuais 80% para 85%. Isso já melhoraria as margens, ainda baixas, em 5,6%. O objetivo da Gerdau é uma margem de dois dígitos. O Itaú BBA e o J.P. Morgan preveem nos próximos trimestres 8% a 10%.

"Nomeamos recentemente Chia Yuan Wang, que era vice-presidente de suprimentos, para presidir a unidade da América do Norte", lembrou Werneck. "Ele é um executivo com trajetória de muito sucesso, há mais de 30 anos na empresa, e tem experiência em diversos processos, não só matérias-primas. O principal fator para o termos escolhido foi a habilidade de promover mudanças nos negócios e trazer os resultados positivos que esperamos."

Scardoelli ressaltou que o grupo tem visão de longo prazo na Argentina, onde fez um alto investimento. "Volatilidade de curto prazo não tem muito impacto no nosso desempenho e o país representa pouco de nosso negócio - 5%".

Mesmo que a demanda argentina por veículos brasileiros caia após a taxa de juros atingir 40% ao ano e o fato de país pedir socorro ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o executivo mostrou que confia na divisão de ações especiais, pela "grande diversificação de clientes e produtos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Stella Fontes | De São Paulo

Título: Lucro da Braskem cai 42% no trimestre e fica em R\$ 1 bi

A Braskem, maior fabricante de resinas das Américas, viu seu desempenho ser afetado, no primeiro trimestre, por uma série de eventos que reduziram o resultado operacional. De janeiro a março, a petroquímica controlada por Odebrecht e Petrobras teve lucro líquido atribuído aos sócios da empresa controladora de R\$ 1,054 bilhão, queda de 42% na comparação anual. O ganho consolidado foi de R\$ 1,15 bilhão, frente a R\$ 1,91 bilhão um ano antes.

A queda no lucro trimestral reflete, principalmente, a menor disponibilidade de produtos, e, em menor medida, spreads (diferença de preço em relação à matéria-prima) menor de químicos. O desempenho operacional foi afetado por parada programada na central de Triunfo (RS), pelo apagão de energia no Nordeste em março, por um incidente na unidade de Maceió que paralisou a produção de cloro-soda, pelo menor fornecimento de propeno pela Petrobras e por parada não programada nos Estados Unidos por causa do inverno rigoroso.

Juntos, o apagão e o incidente em Maceió tiveram impacto negativo de US\$ 50 milhões no Ebitda.

De janeiro a março, a receita líquida da companhia totalizou R\$ 13,03 bilhões, com alta de 3% na comparação anual. Já o resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) caiu 26% nessa base, a R\$ 2,65 bilhões. A geração de caixa livre, por sua vez, mais que quadruplicou e chegou a R\$ 1,77 bilhão.

A venda de resinas no Brasil somaram 886 mil toneladas, volume 5% superior ao comercializado no mesmo período do ano passado, na esteira da recuperação econômica e seu reflexo em setores que utilizam termoplásticos. A demanda, considerando polietileno (PE), polipropileno (PP) e PVC foi de 1,3 milhão de toneladas, mais 7%.

Ao fim de março, a dívida líquida da Braskem estava em R\$ 18,6 bilhões, queda de 7%. Diante disso, a alavancagem financeira, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, ficou em 1,98 vez em dólar, frente a 1,91 vez em dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Por Hugo Passarelli | De São Paulo

Título: Alta do preço do petróleo impulsiona bolsas globais

O petróleo determinou ontem o rumo dos mais importantes ativos globais, das bolsas da Europa e de Nova York à rentabilidade dos títulos do governo norte-americano. Ao mesmo tempo em que injeta otimismo no mercado, porém, o salto nas cotações da commodity pode penalizar o crescimento econômico dos Estados Unidos, além de pressionar custos e ter potencial de alterar o ritmo de alta de juros pelo Federal Reserve (Fed).

Em Londres, o barril do Brent, referência global, subiu 3,2%, a US\$ 77,21, enquanto o WTI avançou 3%, a 71,14 por barril, em Nova York. Trata-se do maior valor desde novembro de 2014 para os dois contratos. Em 2018, o petróleo sobe cerca de 20% e, em um ano, cerca de 46%.

Ontem, o rendimento dos títulos de 10 anos do Tesouro americano voltou a subir acima de 3%, fechando a 3,004%. Considerado referência para a renda fixa, o título de 10 anos esteve no centro da forte correção das bolsas globais no início de fevereiro, quando começaram a pipocar os temores de aceleração da inflação nos EUA. Hoje, será divulgada por lá a leitura de abril da inflação ao consumidor (CPI, na sigla em inglês), com expectativa de discreta aceleração para uma alta anual de 2,5%.

A alta nos rendimentos da renda fixa americana também foi puxada ontem pelo otimismo com as ações das principais petrolíferas, que ajudaram a sustentar ganhos consistentes na Europa, especialmente em Londres, e em Wall Street. A Exxon subiu 2,3% e a Chevron, 1,7%, garantindo o sinal positivo dos índices americanos. O Dow Jones teve ganho de 0,75%, aos 24.542,54 pontos; o S&P 500 subiu 0,97%, aos 2.697,79 pontos, e o Nasdaq registrou alta de 1%, aos 7.339,90 pontos.

A recente escalada da commodity ocorreu um dia depois de Donald Trump formalizar a saída do acordo nuclear com o Irã. Apesar de amplamente esperado, o anúncio serviu de combustível para levar o petróleo a novas máximas em três anos e meio. Segundo analistas, a commodity tem sido conduzida por uma conjunção de fatores geopolíticos e pela redução

sistemática na produção pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep).

Nas contas da consultoria Oxford Economics, a saída dos EUA do acordo com o Irã pode representar, na verdade, um tiro no pé de Trump e anular metade do efeito benéfico do corte de impostos resultante da reforma tributária aprovada no fim de 2017 pelo partido republicano.

De acordo com o economista-chefe da consultoria, Gregory Daco, a decisão vai contribuir para manter o petróleo nas alturas, com a referência americana (o contrato futuro do WTI) oscilando ao redor de US\$ 70 por barril neste ano. Isso deve acontecer se o Irã começar a reduzir gradualmente a produção da commodity, como projeta a Oxford.

Na prática, o prolongamento do período de alta do petróleo representa uma espécie de reajuste nos impostos porque encarece o custo de vida dos consumidores americanos. O movimento da commodity, então, contraria o corte de impostos e aumento de gastos federais do governo americano e pode tirar metade do impacto combinado destas medidas, estimado em 0,7 ponto percentual no Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA.

O petróleo é um dos ativos com maior impacto nas finanças globais, responsável por choques que desarranjaram uma leva de países nas últimas décadas, incluindo o Brasil. Este risco permanece hoje, em um momento em que os principais bancos centrais se movem para retirar os estímulos dados à economia após a crise financeira de 2008.

Uma elevação mais rápida de juros pelo Fed do que atualmente se prevê pode alterar o balanço de riscos entre os países desenvolvidos e emergentes, alerta o banco suíço UBS, em relatório distribuído ontem.

"Um aperto monetário mais rápido nos Estados Unidos pode ainda intensificar os riscos para os ativos de mercados emergentes, levando os BCs destas nações a elevar os juros mais rapidamente e, assim, restringir o crescimento", disse Mark Haefele, diretor global de investimentos do UBS.

Esse cenário complicaria a situação dos emergentes, que recentemente voltaram a sofrer turbulências, com crises cambiais e momentos que relembram os anos 1990. A Argentina, por exemplo, anunciou que está negociando com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma linha de crédito. Desde o fim de abril, o governo argentino tem queimado reservas cambiais e promovido um choque de juros, que levou a taxa básica a 40% ao ano, em um esforço para conter a depreciação acelerada do peso.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Finanças****Autor: Por Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo****Título: Ações da Petrobras dispararam e têm o melhor pregão em oito anos**

O petróleo em alta foi o novo argumento para a Petrobras ter um dos seus melhores desempenhos na bolsa nos últimos anos. O movimento foi tão intenso que tirou a bolsa do zero a zero dos últimos pregões e levou o Ibovespa de volta ao nível dos 84 mil pontos.

Na avaliação de gestores, operadores e analistas, a Petrobras virou a página, e os anos de resultado consumido pelos efeitos da operação Lava-Jato ficaram para trás. A ação ordinária (ON) da empresa teve alta de 10,02% ontem, a R\$ 27,22, maior cotação desde 11 de abril de 2011. Já o papel preferencial (PN) avançou 8,16%, a R\$ 24,78, maior nível desde 10 de junho de 2010. Ontem, o Ibovespa subiu 1,58%, aos 84.265 pontos.

Chama a atenção também o intenso giro que o papel teve ontem. A preferencial da Petrobras movimentou R\$ 2,84 bilhões, superior aos R\$ 1,8 bilhão do pregão da véspera. É ainda o maior giro financeiro desde outubro de 2014, primeiro pregão depois da reeleição de Dilma Rousseff à Presidência - na ocasião, entretanto, foi a onda vendedora que inflou os negócios. No caso da ON, o giro ontem foi de R\$ 776 milhões, bastante superior ao pregão imediatamente anterior, quando ficou em R\$ 319 milhões.

Depois de já ter tido, na véspera, importante ganho de valor, a Petrobras também encerrou ontem com o maior valor de mercado desde 8 de abril de 2011, quando estava em R\$ 346,2 bilhões. O valor de mercado da empresa é agora de R\$ 341,4 bilhões.

Além do petróleo em alta, que afeta diretamente as receitas da estatal e atrai em especial o estrangeiro, uma gama de relatórios de bancos de investimento destaca números fortes no primeiro trimestre. Somado a isso estão os ganhos com o programa de desinvestimentos da companhia, que permanecem na agenda do mercado, depois que a Petrobras anunciou ter iniciado negociações com a Acron para a venda de participação em ativos de fertilizantes.

Para analistas ouvidos pelo **Valor**, a primeira explicação para a alta da ação ordinária superior à preferencial está na entrada desse fluxo externo, já que o papel com direito à voto é costumeiramente o preferido desses investidores. Até o dia 7 de maio, os estrangeiros apenas retiraram recursos da bolsa: as saídas já totalizam R\$ 2,41 bilhões no mês. Isso explica o interesse em rever posições e aproveitar oportunidades nas "blue chips" da bolsa - caso justamente

da Petrobras, que apresentou um resultado surpreendente e contou ontem com análises positivas de relatórios de bancos.

Ao mesmo tempo, porém, o giro da preferencial foi superior à ordinária porque esse é o papel de maior liquidez no mercado e se beneficia, portanto, da entrada de fluxo de investidores locais, como fundos e outras gestoras e corretoras de menor porte ou que estejam voltadas para os investidores brasileiros.

Segundo Rafael Gonzalez, sócio da Platinum Investimentos, movimentos fortes como o de agora podem ser provocados por um movimento de "short squeeze". Ou seja, quando a pressão compradora força o investidor com posições vendidas a descoberto a encerrarem suas posições. E, para isso, ele deve comprar essas ações no mercado à vista, reforçando a trajetória de alta.

"A diferença entre a ON e a PN não está fora do normal e continua respeitando o padrão", diz ele. "E os papéis reagem à busca por uma ação de uma empresa que entregou bons resultados, em dia de petróleo em alta, mas também porque investidores que buscam oportunidades curtas veem chance nesse ativo."

Além desses efeitos, o debate sobre o pagamento de proventos aos acionistas da companhia reacende o interesse generalizado nos papéis. Segundo Muhammed Ghulam, analista do banco Raymond James, as ONs sobem mais do que as PNs porque a notícia de que os juros sobre capital próprio (JCP) serão pagos para ambas as classes torna a ON, agora, mais interessante do que a PN - serão pagos R\$ 652,2 milhões aos acionistas, considerando as duas classes de papéis.

"A empresa anunciou um pagamento de R\$ 0,05 por cada ação preferencial e ordinária, o que é um sinal mais do que positivo para o estrangeiro", diz. "Mas as ações preferenciais têm maior fatia na estrutura de capital da empresa."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação & Tributos

Autor: Por Joice Bacelo / São Paulo

Título: STJ mantém União em arbitragem movida por acionistas da Petrobras

A ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), derrubou decisão que desobrigava a União de participar de uma arbitragem em que acionistas da Petrobras pedem ressarcimento por prejuízos decorrentes da Operação Lava-Jato. Esse caso envolve mais de cem investidores estrangeiros, que buscam cerca de R\$ 2 bilhões.

A União havia conseguido liminar na primeira e segunda instâncias da Justiça Federal em São Paulo para ficar de fora do processo. Para a ministra, no entanto, essa é uma discussão que deve ser resolvida pelo tribunal arbitral que trata do conflito e não pelo Judiciário.

Nancy Andrichi levou em conta o fato de que, quando a União procurou a Justiça, o tribunal arbitral sequer havia sido constituído. O que existia era somente uma decisão provisória do presidente da Câmara de Arbitragem do Mercado da BMF&Bovespa.

"A decisão imediata do Poder Judiciário sobre a devida participação da União Federal na relação arbitral que sequer está instalada é inoportuna e impertinente, que ofende e desconsidera o poder e a autonomia das decisões do árbitro", afirmou a ministra na decisão.

Consta no estatuto da Petrobras que os conflitos envolvendo os acionistas e a companhia - no caso de ações preferenciais e ordinárias adquiridas no Brasil - serão resolvidos por meio de arbitragem e não na Justiça. Ao ingressar com o procedimento na Câmara da Bovespa, em 2016, os investidores pediram para que a União fosse incluída por entender que os diretores que desviaram dinheiro da companhia foram nomeados pelo governo e, por esse motivo, a União também teria de ser responsabilizada.

O governo, por sua vez, ajuizou ação com o argumento de que a cláusula de arbitragem não se aplica a ele. A União se pauta em um outro parágrafo do estatuto da Petrobras que impede a sua responsabilização pelos atos de gestão da companhia. Apesar de esse processo tramitar em segredo de justiça, a decisão da ministra Nancy Andrichi foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico na última segunda-feira.

O que os acionistas buscam na arbitragem é a reparação dos prejuízos que teriam sofrido com as ações adquiridas antes do escândalo de corrupção na estatal. Eles argumentam que os preços despencaram e, com isso, perderam dinheiro. Afirmam que basearam os investimentos a partir de um balanço fraudado e números maquiados.

Os investidores são representados pelos escritórios Escobar Advogados e Finkelsteins Advogados. Procurado pelo **Valor**, um dos advogados contratados, Marcelo Escobar, afirmou que "a contribuição da União para o prejuízo sofrido pelos acionistas é tão grande ou maior que a da Petrobras". Ele entende que a decisão é importante para a arbitragem como um todo porque demonstra que não há recurso para o Judiciário durante o procedimento.

Também procurada pela reportagem para se manifestar sobre o caso, a Advocacia-Geral da União (AGU) não retornou até o fechamento da edição.

A arbitragem é um método de resolução de conflitos alternativos ao Judiciário e tem como característica a celeridade e a garantia de sigilo dos procedimentos. Por meio do sistema, árbitros são escolhidos pelas partes e decidem a disputa. A decisão é final, ou seja, não cabe recurso à Justiça para rediscussão do mérito. O que pode ser feito, após o término do procedimento, é ingressar com uma ação para tratar de possíveis vícios no processo previstos na legislação.

Especialista na área, Carlos Forbes, que também responde como presidente do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) - uma das maiores do país - diz que decisões judiciais durante o procedimento arbitral não são possíveis em razão do chamado princípio da competência-competência, previsto pelo artigo 8º, parágrafo único, da Lei nº 9.307, de 1996.

No dispositivo consta que caberá ao árbitro decidir de ofício ou por provocação das partes as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção da arbitragem e do contrato que contém a cláusula compromissória. "Ou seja, cabe ao árbitro decidir se ele tem a jurisdição para decidir aquilo por arbitragem", afirma Forbes. "Então não se pode atropelar o procedimento arbitral e pedir a exclusão antes mesmo de ele acontecer" acrescenta.

MME / ASCOM .